

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.165.453 - SP (2017/0223624-4)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : LUXOTTICA BRASIL PRODUTOS OTICOS E ESPORTIVOS LTDA
ADVOGADOS : EDUARDO JOSÉ DE OLIVEIRA COSTA - SP162880
JULIO GARCIA MORAIS - SP246306
DANIEL FIGUEIREDO HEIDRICH - SP330233
NATHALIA SOUZA PINESSO E OUTRO(S) - SP336678
AGRAVADO : HERRERA & HERRERA LTDA - ME
ADVOGADO : VALNIR BATISTA DE SOUZA E OUTRO(S) - SP192669

EMENTA

CONSIGNATÓRIA E COBRANÇA. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO NA ÉGIDE DO NCPC.** REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. PRETENSÃO FUNDADA NAS ALEGAÇÕES DE CERCEAMENTO DE DEFESA, CONEXÃO ENTRE AÇÕES E PROCEDÊNCIA DA CONSIGNATÓRIA QUE ESBARRAM NA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

LUXOTTICA BRASIL PRODUTOS OTICOS E ESPORTIVOS LTDA. (LUXOTTICA) ajuizou ação de consignação em pagamento contra HERRERA & HERRERA LTDA. (HERRERA&HERRERA), em razão de contrato de representação comercial.

A sentença julgou improcedente o pedido consignatório e parcialmente procedentes os pedidos condenatórios feitos por HERRERA&HERRERA em ação de cobrança julgada em conjunto com a consignatória.

LUXOTTICA interpôs apelação apreciada conforme acórdão da seguinte ementa:

Representação comercial. Ação de Consignação em pagamento e cobrança, julgadas em conjunto. Contexto dos autos que autoriza a manutenção da r.sentença. monocrática. Falta de tipificação de recusa injusta de recebimento, além de realização de depósito em valor insuficiente, considerado como parâmetro a própria quantia reconhecida na inicial como devida. Recurso improvido

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 614/619).

LUXOTTICA interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da CF onde alegou violação dos arts. 103, 330, I, 332, 398 e 535 do CPC/73; 27, *j*, da Lei 4886/65; 459, 460, 890 e 891 do CC/02; pelos seguintes fundamentos (1) negativa de prestação jurisdicional; (2) deve ser reconhecida a conexão entre as ações consignatória, cobrança e ordinária; (3) cerceamento de defesa; (4) a recorrente não estava obrigada a efetuar o pagamento da quantia sem que a parte contrária aceitasse o seu recebimento e assinasse o termo de rescisão e de quitação ao valor, devendo ser reconhecida a procedência da consignatória e improcedência da ação de cobrança.

Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ, fls. 662/674).

O Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre por (1) não se verificar violação aos arts. 459, 460 e 535 do CPC/73; (2) não ter sido demonstrada a infringência aos preceitos legais arrolados; (3) incidir a Súmula nº 7 do STJ.

LUXOTTICA ingressou com agravo em recurso especial sustentado (1) usurpação da competência desta Corte pela decisão agravada; (2) foi demonstrada a violação dos preceitos legais indicados; (3) não se aplica a Súmula nº 7 do STJ.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 739/751).

É o relatório.

DECIDO

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da alegação de negativa de prestação jurisdicional

No ponto, a recorrente diz que o acórdão estadual não se pronunciou de forma fundamentada sobre (1) a alegação de impossibilidade de julgamento da consignatória sem que fosse concluída a prova pericial da ação ordinária; (2) a procedência da ação de cobrança não se limitar ao valor consignado, pois os valores

pretendidos pela recorrida são controvertidos; (3) a inexatidão dos valores cobrados e sobre o cálculo do valor da condenação.

Não lhe assiste razão, porquanto o Tribunal local expressamente consignou:

Ora, como precisamente registrou a recorrente, o que se pleiteia na referida ação ordinária n.0023983-04.2012.8.26.0068, são "supostas diferenças de comissões" (fls. 424).

Portanto, realmente não se justifica a reunião dos processos. É que nesta ação consignatória, apensada à ação de cobrança, a controvérsia gira em torno tão somente do pagamento e cobrança de verbas rescisórias, decorrentes do extinto contrato de representação comercial, apuradas consoante os valores de comissões que foram pagos. Portanto, inexistência de possibilidade de conflito de decisões. É que a discussão da noticiada ação ordinária 0023983-04.2012.8.26.0068 diz respeito à pretensão relativamente à 'supostas diferenças de comissões'.

Assim, como adequadamente frisou o magistrado, "a presente ação de cobrança e a consignatória não são conexas com a ação ordinária 0023983-04.2012.8.26.0068, porquanto na consignação e nesta ação de cobrança não são discutidas as verbas devidas sobre a diferença das comissões ainda controvertidas. Ademais, naquela ação a ora embargada pede a condenação da ora embargante no pagamento dos reflexos nas verbas rescisórias sobre as diferenças de comissão se reconhecidas. Assim, não há qualquer conexão ou prejudicialidade que impedisse o julgamento destas ações" (fls. 417).

(...)

Não poderia a recorrente querer que a recorrida assinasse uma quitação integral, quando a mesma sustentava que tinha o direito de receber diferenças de comissões.

Caberia à recorrente pagar as verbas rescisórias de natureza incontroversa, outorgando quitação em relação às mesmas, restando, em tese, a possibilidade de discussão através das vias ordinárias da existência, ou não, do direito por supostas diferenças de comissões.

(...)

Destarte, com a improcedência da consignatória, a consequência necessária foi o acolhimento da ação de cobrança, com o abatimento dos valores consignados pelo recorrente (e-STJ, fls. 596/602)

Como se vê, inexistem os vícios reclamados pela recorrente, ora

agravante, a contaminar o acórdão impugnado, ressaltando-se que o julgador não é obrigado a decidir a lide à luz dos preceitos legais que as partes entendem aplicáveis.

Das alegações de (2) deve ser reconhecida a conexão entre as ações consignatória, cobrança e ordinária; (3) cerceamento de defesa; (4) a recorrente não estava obrigada a efetuar o pagamento da quantia sem que a parte contrária aceitasse o seu recebimento e assinasse o termo de rescisão e de quitação ao valor, devendo ser reconhecida a procedência da consignatória e improcedência da ação de cobrança.

No ponto, o Tribunal estadual assim afastou as pretensões da LUXOTTICA ora recorrente: (2) *a presente ação de cobrança e a consignatória não são conexas com a ação ordinária 0023983-04.2012.8.26.0068, porquanto na consignação e nesta ação de cobrança não são discutidas as verbas devidas sobre a diferença das comissões ainda controvertidas (e-STJ, fl. 597); (3) não há a caracterização de nenhum cerceamento de defesa pelo alegado fato de ter sido deferida a produção de prova pericial, no âmbito da ação ordinária em que se discute a existência, ou não, de diferenças de comissões, pois o objetivo da referida prova pericial não tem relação com o conteúdo da discussão que se trava nestes autos (e-STJ, fls. 597/598); (4) Não poderia a recorrente querer que a recorrida assinasse uma quitação integral, quando a mesma sustentava que tinha o direito de receber diferenças de comissões. Caberia à recorrente pagar as verbas rescisórias de natureza incontroversa, outorgando quitação em relação às mesmas, restando, em tese, a possibilidade de discussão através das vias ordinárias da existência, ou não, do direito por supostas diferenças de comissões (e-STJ, fl. 601).*

Verifica-se que para afastar as conclusões firmadas pelo acórdão recorrido, necessário seria o reexame da matéria fática constante dos autos, o que na presente via encontra impedimento na Súmula nº 7 do STJ.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER PARCIALMENTE** do recurso especial e nessa extensão **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 1º do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

